



**PROJETO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

**PROGRAMA PARA RESULTADOS (*PforR*)**

**MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 20170001/CEL 04/SDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORAR METODOLOGICAMENTE O GOVERNO ESTADUAL NA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ, COM A IDENTIFICAÇÃO DE SETORES PRIORITÁRIOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÕES ESTRUTURADORAS PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA CEARENSE NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.**

**JUNHO/2017**

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| Objeto da Contratação.....                   | 3  |
| Objetivos específicos.....                   | 3  |
| Antecedentes e contexto.....                 | 3  |
| Justificativa Técnica.....                   | 6  |
| Escopo do trabalho e limites do projeto..... | 8  |
| Condições de entrega.....                    | 9  |
| Definição da equipe.....                     | 10 |
| Resultados e produtos esperados.....         | 11 |
| Período de Execução.....                     | 15 |
| Insumos disponíveis.....                     | 15 |
| Gestão do Projeto.....                       | 16 |
| Cronograma .....                             | 17 |

## **I. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de uma consultoria técnica especializada para apoiar metodologicamente o Governo estadual na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, com a identificação de setores prioritários e estratégias de ações estruturadoras para aumentar a produtividade desses setores e, conseqüentemente, melhorar a competitividade da economia cearense no curto, médio e longo prazo.

## **II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

O projeto tem como objetivos específicos:

- ✓ Mobilizar os atores locais para discussão de uma visão de futuro para o Estado, com a definição de setores estratégicos;
- ✓ Selecionar as políticas, projetos e ações impactantes e viáveis;
- ✓ Priorizar e hierarquizar as políticas, projetos e ações selecionados;
- ✓ Elaborar um Plano com as ações transversais necessárias para criar um ambiente propício ao desenvolvimento e a competitividade;
- ✓ Propor uma nova estrutura organizacional e de governança para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e vinculadas, que seja capaz de gerir a execução do Plano, bem como os seus desdobramentos futuros.

## **III. ANTECEDENTES E CONTEXTO**

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (SDE) foi constituída em 2015, sucedendo o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Ceará (CEDE), que, por sua vez, não apresentava objetivos de execução de políticas de desenvolvimento econômico. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, além de absorver todos os objetivos do CEDE, surgiu com o apelo de executar e articular as diversas políticas de desenvolvimento econômico e setorial no Estado.

A criação desta Secretaria, em um momento econômico sensível, não permitiu estruturá-la internamente de forma eficiente para executar as diretrizes e objetivos presentes na lei

de sua criação.

As competências da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) estão dispostas na Lei nº 15.773, de 10 de março de 2015, que tem por finalidade deliberar de maneira estratégica, harmônica e interdisciplinar sobre a Política de Desenvolvimento Econômico, competindo-lhe:

- I. planejar, formular diretrizes estratégicas, operacionais e definição de prioridades;
- II. fomentar e executar a Política de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará;
- III. acompanhar os acontecimentos macroeconômicos nacionais e internacionais e seus reflexos na economia estadual;
- IV. definir, aprovar e acompanhar programas setoriais inerentes ao desenvolvimento econômico do Estado, propostos pelo Poder Executivo;
- V. definir, aprovar e acompanhar projetos de investimentos no setor de indústria, comércio, turismo e agronegócios empresariais de médio e grande porte;
- VI. avaliar a possibilidade quanto à formatação de projetos de infraestrutura concebidos na forma de parcerias Público-Privadas – Programa PPP;
- VII. promover ações estratégicas para atrair e apoiar novos negócios e iniciativas de investimentos;
- VIII. desenvolver e fomentar a promoção comercial de âmbito nacional e internacional;
- IX. definir prioridades e critérios para concessão, alteração, prorrogação e extinção de investimentos fiscais, financeiros e/ou tributários do Estado;
- X. avaliar e monitorar a política de incentivos fiscais, financeiros e/ou tributários do Estado;

XI. promover a interiorização de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de vocações locais na indústria, comércio e serviços, de forma a diminuir as desigualdades sociais e regionais;

XII. planejar e desenvolver programas de apoio e incentivos aos pequenos negócios;

XIII. coordenar e supervisionar a gestão das entidades vinculadas, aprovando as políticas e diretrizes e definindo as respectivas estratégias de atuação;

XIV. participar, por meio de seu dirigente, de reuniões de órgãos congêneres no âmbito regional e nacional;

XV. fomentar e desenvolver programas de apoio e incentivo às cooperativas e iniciativas de economia solidária;

XVI. exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do Regulamento.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico possui braços operacionais que são suas vinculadas, ADECE, CODECE E ZPE.

A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) foi criada pelo Governo do Estado do Ceará com a finalidade de executar as políticas e diretrizes oriundas da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE). Cabe à ADECE a execução da política de desenvolvimento econômico, industrial, comercial, de serviços, agropecuário e de base tecnológica, articulando-se com os setores produtivos e atraindo e incentivando investimentos, além de criar condições para a competitividade dos setores econômicos do Estado do Ceará. Ela atua nas áreas de mineração, indústria, agronegócios empresarial, comércio, serviços e energia.

A Companhia de Desenvolvimento Ceará (CODECE) tem como objetivo implementar o crescimento econômico do Estado, mediante apoio ao desenvolvimento de pequenos

empreendimentos nos municípios do interior.

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE) é responsável por implantar, administrar e desenvolver a Zona de Processamento de Exportação do Pecém. A Receita Federal autoriza o funcionamento da ZPE, bem como outorga à ZPE Ceará a gestão da zona primária. Administrar e desenvolver a ZPE Ceará em consonância com as melhores práticas internacionais, tornando-se forte instrumento na captação de investimentos e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do estado do Ceará.

O Estado, através da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, necessita de políticas bem definidas para alcançar seu objetivo, o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará. Para isso, é necessário um projeto que dê apoio à coordenação e elaboração das ações de forma articulada com suas vinculadas para fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, urbano e setorial, no intuito de obter um melhor resultado no curto, médio e longo prazo.

#### **IV - JUSTIFICATIVA TÉCNICA**

A economia cearense apresenta uma estrutura produtiva caracterizada pela expressiva participação de segmentos tradicionais, os quais, mesmo tendo importância em termos de geração de emprego e renda, não têm sido capazes de gerar mudanças estruturadoras nos indicadores econômicos e sociais do Estado. Atualmente, na composição do Produto Interno Bruto, a maior parcela está associada ao setor serviços (74,4%), com destaque para as atividades de Administração Pública, com uma elevada representatividade em termos de geração de emprego e renda, e o setor de Comércio. A Indústria responde por cerca de 20% da produção de bens e serviços do Estado, enquanto a parcela restante (5,5%) é proveniente do setor Agropecuário.

Pode-se afirmar que o atual perfil econômico do Estado foi fruto de um modelo histórico de desenvolvimento que ainda vem sendo adotado pelos sucessivos governos, o qual, de certo modo, constitui um dos fatores explicativos para o fato de que, apesar do crescimento econômico dos últimos anos ter se situado acima da média nacional, a economia cearense ainda apresenta uma baixa participação no Produto Interno Bruto

Nacional, (em torno de 2,2%, segundo o IBGE), enquanto sua população representa 4,5% do total do País, resultando em um PIB *per capita* abaixo da média nacional.

Além disso, esse modelo de desenvolvimento não foi capaz de alterar, ainda, o panorama econômico e social do Estado, marcado pela heterogeneidade espacial, com a existência mútua de regiões estagnadas e dinâmicas, que propicia a elevada concentração de renda e riqueza, com as áreas mais privilegiadas atraindo não apenas os investimentos públicos e privados, mas também contingentes demográficos, além da significativa desigualdade social.

Essas características econômicas do Estado, portanto, suscitam uma série de desafios, os quais, certamente, justificam a necessidade de se repensar um novo modelo de desenvolvimento, alicerçado nos novos paradigmas da melhoria de produtividade e maior competitividade, que seja capaz de acelerar o processo de transformação do atual quadro macroeconômico estadual, aproximando-o, em termos de indicadores econômicos e sociais, dos estados mais desenvolvidos do País.

Nesse sentido, o Estado assume um papel fundamental, uma vez que o mercado por si mesmo não é capaz de resolver os problemas decorrentes dessas agudas polarizações econômicas, sociais e espaciais. Por essa razão, o Governo estadual assume um maior protagonismo para construir um projeto de desenvolvimento inclusivo, que possibilite dotar o Estado com uma boa provisão de educação, saúde, e serviços sociais; uma infraestrutura capaz de atrair novos investimentos; e mecanismos de financiamento, que garantam recursos financeiros para empresas de todos os portes localizadas no Estado. São esses os elementos que vão alavancar o potencial competitivo da economia cearense, gerando efeitos estruturadores na base econômica local.

O caráter inovador desse Projeto consiste em, partindo-se de uma boa compreensão da realidade econômica local, elaborar estratégias concertadas, que induzam parcerias entre os vários escalões de governo (Federal, estadual e municipal), os agentes de mercado e a sociedade, capazes de fortalecer os elos entre os agentes públicos e privados, permitindo estabelecer uma nova convenção pelo desenvolvimento, que traduza o

compromisso de todos os cearenses com as mudanças necessárias para colocar o Estado em um patamar mais elevado de desenvolvimento.

Enfim, os desafios a serem enfrentados no Ceará impõem a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, orientado pelos modernos paradigmas da reestruturação produtiva e de maior produtividade, tendo como substrato o objetivo de proporcionar mudanças efetivas para a melhoria das condições de vida da população.

## **V. ESCOPO DO TRABALHO E LIMITES DO PROJETO**

O escopo deste projeto está dividido em 4 (quatro) etapas conforme descrição abaixo, especificando cada entrega dos produtos a serem desenvolvidos:

**ATIVIDADE 01: Validação do Plano de Trabalho a partir dos resultados das oficinas de trabalho realizadas pelo Governo estadual para integração das partes interessadas no Projeto, que atuarão como representantes de órgãos públicos, entidades empresariais, Universidades e Instituições de Pesquisa do Estado. (15 dias)**

- ✓ O produto consiste na entrega de:
  - 1.1. Plano de trabalho ajustado;
  - 1.2. Mapeamento e identificação dos representantes das partes interessadas que se engajarão no processo de acompanhamento do Projeto, com definição do formato de engajamento dos participantes;

**ATIVIDADE 02: Análise das políticas, projetos e ações já executadas no Estado, para subsidiar a elaboração de documento com uma visão de futuro e identificação dos setores impactantes para o desenvolvimento econômico diferenciado do Estado. (30 dias)**

- ✓ Os produtos consistem nas seguintes entregas:



2.1 Levantamento e sistematização de estudos já realizados pelo IPECE, Federação das Indústrias do Ceará e outras Instituições que já tenham realizado estudos relacionados com o desenvolvimento do Estado, para diagnóstico da situação dos fatores condicionantes do desenvolvimento, notadamente os relacionados com logística (rodoviária, ferroviária, aeroviária e portuária) e formação de capital humano (Universidades, Escolas Profissionalizantes e Institutos Tecnológicos);

2.2 Identificação de, no máximo, 4 (quatro) setores prioritários, através de assessoramento metodológico ao Estado, com base em critérios previamente estabelecidos pela Consultoria, conjuntamente com o Estado;

2.3 Relatório de visão setorial, com os princípios norteadores e os indicadores que irão medir e monitorar os impactos sobre a economia estadual.

**ATIVIDADE 03: Proposta para os setores selecionados, com a definição das estratégias e ações necessárias para o desenvolvimento dos setores prioritizados. (75 dias).**

- ✓ O produto consiste na seguinte entrega:
- ✓ 3.1 Benchmarking de experiências internacionais de desenvolvimento exitosas, relacionadas com as estratégias/iniciativas que poderão ser aplicadas aos setores prioritários;
- ✓ 3.2 Relatório com um diagnóstico detalhado dos setores prioritários, com a identificação das ações e estratégias de apoio para estimular o crescimento desses setores, melhorando, conseqüentemente, a competitividade da economia estadual, bem como sugestão de medidas necessárias para modernização do ambiente de negócios em cada um dos setores selecionados;

**ATIVIDADE 04: Assessorar o Estado na elaboração do plano de implementação da estratégia de desenvolvimento e proposta da nova estrutura organizacional e de governança para a Secretaria de**

**Desenvolvimento Econômico, que seja capaz de gerir a execução do Plano, bem como os seus desdobramentos futuros. (30 dias).**

✓ Os produtos consistem nas seguintes entregas:

4.1 Plano de desenvolvimento e implementação com definição das ações, responsáveis e cronograma de execução;

4.2 A nova estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, contemplando as entidades já vinculadas e, caso necessário, propondo novas vinculações. Essa nova estrutura deverá ser bem fundamentada, tendo por base as experiências bem sucedidas em outros Estados ou Países, dentro do pressuposto de proporcionar um desenho institucional que garanta a inserção de forma eficiente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na estrutura da administração pública estadual.

4.3 Modelo de Governança com as metas para avaliação e monitoramento.

4.3.1 Realização de Seminário com toda a equipe do Governo e representantes das entidades privadas envolvidas no processo;

4.3.2 Reunião com as equipes técnicas da SDE e SEPLAG, com duração de três dias, para apresentação e discussão da metodologia de execução do Plano.

## **VI. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Ao final de cada atividade, os produtos deverão ser entregues na Secretaria do Desenvolvimento Econômico, em meio físico e eletrônico, para apreciação e aprovação por parte da Comissão de fiscalização e acompanhamento desta Secretaria. Os documentos físicos deverão ser entregues em, no mínimo, 3 (três) versões, devidamente assinadas pelos representantes da empresa.

## **VII - RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS**

|  | <b>Atividades e Produtos</b> | <b>Prazo (dias)</b> | <b>Prazo acumulado</b> | <b>Percentual de Pagamento</b> |
|--|------------------------------|---------------------|------------------------|--------------------------------|
|--|------------------------------|---------------------|------------------------|--------------------------------|

|     |  |    |    |     |
|-----|--|----|----|-----|
| 1   | <b>Validação do Plano de Trabalho a partir dos resultados das oficinas de trabalho realizadas pelo Governo estadual para integração das partes interessadas no Projeto, que atuarão como representantes de órgãos públicos, entidades empresariais, Universidades e Instituições de Pesquisa do Estado.</b>  | 15 | 15 | 2%  |
| 1.1 | Plano de trabalho ajustado;  | 10 | 10 | 0%  |
| 1.2 | Mapeamento e identificação dos representantes das partes interessadas que se engajarão no processo de acompanhamento do Projeto, com definição do formato de engajamento dos participantes.  | 5  | 15 | 2%  |
| 2   | <b>Análise das políticas, projetos e ações já executadas no Estado, para subsidiar a elaboração de documento com uma visão de futuro e identificação dos setores impactantes para o desenvolvimento econômico diferenciado do Estado.</b>  | 30 | 45 | 25% |
| 2.1 | Levantamento e sistematização de estudos já realizados pelo IPECE, Federação das Indústrias do Ceará e outras Instituições que já tenham realizado estudos relacionados com o desenvolvimento do Estado, para diagnóstico da situação dos fatores condicionantes do desenvolvimento, notadamente os relacionados com logística (rodoviária, ferroviária, aeroportuária e portuária) e formação de capital humano (Universidades, Escolas Profissionalizantes e Institutos Tecnológicos). | 15 | 15 | 15% |
| 2.2 | Identificação de, no máximo, 4 (quatro) setores prioritários, através de assessoramento metodológico ao Estado, com base em critérios previamente estabelecidos pela Consultoria, conjuntamente com o Estado   | 10 | 25 | 5%  |
| 2.3 | Relatório de visão setorial, com os princípios norteadores e os indicadores que irão medir e monitorar os impactos sobre a economia estadual.  | 5  | 30 | 5%  |

|       |   |           |            |            |
|-------|---|-----------|------------|------------|
| 3     | <b>Proposta para os setores selecionados, com a definição das estratégias e ações necessárias para o desenvolvimento dos setores prioritizados.</b>   | <b>75</b> | <b>120</b> | <b>40%</b> |
| 3.1   | Benchmarking de experiências internacionais de desenvolvimento exitosas, relacionadas com as estratégias/iniciativas que poderão ser aplicadas aos setores prioritários.  | 15        | 15         | 20%        |
| 3.2   | Relatório com um diagnóstico detalhado dos setores prioritários, com a identificação das ações e estratégias de apoio para estimular o crescimento desses setores, melhorando, conseqüentemente, a competitividade da economia estadual, bem como sugestão de medidas necessárias para modernização do ambiente de negócios em cada um dos setores selecionados.  | 60        | 75         | 20%        |
| 4     | <b>Assessorar o Estado na elaboração do plano de implementação da estratégia de desenvolvimento e proposta da nova estrutura organizacional e de governança para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que seja capaz de gerir a execução do Plano, bem como os seus desdobramentos</b>  | <b>30</b> | <b>150</b> | <b>33%</b> |
| 4.1   | Plano de desenvolvimento e implementação com definição das ações, responsáveis e cronograma de execução   | 20        | 20         | 15%        |
| 4.2   | A nova estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, contemplando as entidades já vinculadas e, caso necessário, propondo novas vinculações. Essa nova estrutura deverá ser bem fundamentada, tendo por base as experiências bem sucedidas em outros Estados ou Países, dentro do pressuposto de proporcionar um desenho institucional que garanta a inserção de forma eficiente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na estrutura da administração pública estadual | 5         | 25         | 10%        |
| 4.3   | Modelo de Governança com as metas para avaliação e monitoramento  | 5         | 30         | 8%         |
| 4.3.1 | Realização de Seminário com a equipe do Governo e representantes das entidades privadas envolvidas no   | 2         | 2          | 5%         |

|              |  |            |            |             |
|--------------|--|------------|------------|-------------|
|              | processo;  |            |            |             |
| 4.3.2        | Reunião com as equipes técnicas da SDE e SEPLAG, com duração de três dias, para apresentação e discussão da metodologia para execução do Plano | 3          | 5          | 3%          |
| <b>Total</b> | <b>Plano finalizado</b>  | <b>150</b> | <b>150</b> | <b>100%</b> |

## VIII.DEFINIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

### QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL:

A equipe de profissionais da empresa de consultoria contratada deverá ser composta, no mínimo, por um Coordenador e 3 (três) Especialistas.

#### Coordenador

- Formação acadêmica: graduação e pós-graduação em Economia, Administração, Engenharia, Finanças, ou áreas afins;
- Experiência mínima de 10 anos em elaboração de planos de desenvolvimento e de planejamento público, sendo pelo menos 5 anos na função de coordenador ou equivalente.

#### Especialistas(03)

- Formação acadêmica: graduação e pós-graduação em Administração, Economia, Finanças, ou áreas afins;
- Experiência mínima de 6 (seis) anos em elaboração de planos de desenvolvimento e de planejamento público.

#### EQUIPE DE APOIO SUGERIDA:

A equipe de profissionais de apoio deverá ser composta de, no mínimo, 3 (três) Consultores de tempo integral, com a seguinte formação e experiência:

- Nível Superior completo nas **áreas correlacionadas** com o objeto do projeto;
- Sugerido experiência de projetos de consultoria para o setor público;
- Sugerido pós graduação nas **áreas correlacionadas** com o objeto do projeto.

Após a identificação das prioridades setoriais, a empresa contratada deverá apresentar os nomes de especialistas setoriais que irão propor as estratégias e ações para cada setor, cabendo à equipe gestora do Contrato a avaliação da experiência e qualificação dos técnicos indicados.

## **IX. PERÍODO DE EXECUÇÃO**

O período de execução do contrato a ser celebrado com a empresa selecionada para a realização dos serviços objeto do presente Termo de Referência será de até 150 (cento e cinquenta) dias a partir da emissão da Assinatura do Contrato.

## **X. INSUMOS DISPONÍVEIS**

Sala para acomodação da equipe de trabalho e realização das reuniões pertinentes às atividades do projeto;

Equipe de apoio para interlocução entre os órgãos estaduais e a empresa contratada;

Acesso às bases de dados disponíveis no Estado, de caráter público, necessárias para a realização dos serviços de consultoria.

Obs.: Eventuais insumos adicionais necessários poderão ser descritos nas Propostas técnicas das empresas interessadas.

## **XI. GESTÃO DO PROJETO**

A coordenação, supervisão e recepção dos trabalhos estará sob a responsabilidade do Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará - assessorado pelas equipes de técnicos da SDE e SEPLAG.

A contratada deverá entregar o produto para a contratante por meio físico e eletrônico.

Os produtos deverão ser submetidos à análise das equipes técnicas da SDE e SEPLAG para aprovação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Os produtos devolvidos com críticas deverão ser revisados e submetidos pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, estando sujeitos à nova análise no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

A empresa contratada não está autorizada a divulgar os trabalhos desenvolvidos sem prévia autorização. A divulgação do trabalho deverá oficialmente ser realizada pela contratante

## XII. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| Nº    | Produtos  | Cronograma de Execução |    |    |    |     |     |     |
|-------|---|------------------------|----|----|----|-----|-----|-----|
|       |   | Dias                   |    |    |    |     |     |     |
|       |   | 20                     | 40 | 60 | 80 | 100 | 120 | 150 |
| 1.1   | Plano de trabalho ajustado  | ■                      |    |    |    |     |     |     |
| 1.2   | Mapeamento e definição dos grupos e atores envolvidos   | ■                      |    |    |    |     |     |     |
| 2.1   | Diagnóstico da situação dos fatores condicionantes do desenvolvimento   | ■                      |    |    |    |     |     |     |
| 2.2   | Identificação dos setores prioritários, por região de planejamento  |                        | ■  |    |    |     |     |     |
| 2.3   | Relatório de visão setorial e regional, com princípios norteadores  |                        | ■  |    |    |     |     |     |
| 3.1   | Apresentação de relatórios com as estratégias e ações de desenvolvimento dos setores priorizados por região, contendo metodologia de implementação e cronograma de execução |                        |    | ■  | ■  | ■   |     |     |
| 3.2   | Agenda com definição das medidas necessárias para melhoria do ambiente de negócio   |                        |    |    |    |     | ■   |     |
| 4.1   | Plano de desenvolvimento e implementação com definição das ações, responsáveis e cronograma de execução   |                        |    |    |    |     |     | ■   |
| 4.2   | Apresentação da nova estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE  |                        |    |    |    |     |     | ■   |
| 4.3   | Modelo de Governança com as metas para avaliação e monitoramento  |                        |    |    |    |     |     | ■   |
| 4.3.1 | Realização de seminários com a equipe do Governo e representantes das entidades privadas envolvidas no processo   |                        |    |    |    |     |     | ■   |
| 4.3.2 | Reunião com as equipes técnicas da SDE e SEPLAG, com duração de três dias, para apresentação e discussão da metodologia para execução do plano                              |                        |    |    |    |     |     | ■   |